

Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, cujas despesas deverão ser previamente aprovadas pela Emissora. Entende-se por reestruturação da Debênture os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado;

9.2.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M;

9.2.4. Os impostos vigentes à época do pagamento que incidirem sobre a remuneração do Agente Fiduciário, tais como ISS, PIS, COFINS, CSLL e IRRF, serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que esta seja paga líquida de impostos;

9.2.5. As parcelas da remuneração referenciadas nos itens (i) e (ii) acima serão atualizadas, pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;

9.2.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas que o Agente Fiduciário venha, razoavelmente e de boa fé, a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo Debenturista, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante do Debenturista; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelo Debenturista, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e

9.2.7. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelo Debenturista. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelo Debenturista.

9.2.8. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da Debênture em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período

da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.2.9. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente, por ele indicada à Emissora, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à data do pagamento.

9.2.10. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pelo Debenturista.

9.2.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, razoavelmente e comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos. Referido ressarcimento será efetuado em 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelo titular da Debênture, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.3.3. Na hipótese de não poder o ~~Agente Fiduciário~~ continuar a exercer as suas funções, por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato ao Debenturista e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado ao Debenturista, após o encerramento do prazo para a distribuição da Debênture no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCESP.

9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento da Debênture.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses do Debenturista, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais

papéis relacionados com o exercício de suas funções:

- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando o Debenturista acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da Debênture, se for o caso;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal Gazeta Mercantil, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) Enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que for negociada a Debênture, até a data da primeira

publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;

- (l) Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que for negociada a Debênture, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembleia;
- (m) Elaborar relatório destinado ao Debenturista, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) Eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) Posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;
 - (m.5) Amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração da Debênture realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

- (m.8) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (m.9) Relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (m.10) Declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da garantia da Debênture, caso venham a existir.
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata a alínea "m" acima ao Debenturista no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) Sede da Emissora;
- (n.2) Seu escritório;
- (n.3) CVM;
- (n.4) SND; e
- (n.5) Sede da instituição financeira que liderou a colocação da Debênture, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária da Debênture.
- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando ao Debenturista que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;
- (p) Manter os dados atualizados do Debenturista e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária, a CETIP e a CBLIC;
- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura,

especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer:

- (r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar o Debenturista, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da data em que teve ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que for negociada a Debênture e ao Banco Central do Brasil;
- (s) Examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta; e
- (t) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses do Debenturista e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) Declarar antecipadamente vencida a Debênture e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) Representar o Debenturista em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação

extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" acima se, o titular da Debênture em Circulação assim o autorizar.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário comprovadamente venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo Debenturista, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelo Debenturista incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelo Debenturista, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

9.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses do Debenturista.

9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos do Debenturista que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias da Debênture, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7. Declarações do Agente Fiduciário

9.7.1. O Agente Fiduciário declara que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado no sentido de que fossem sanadas eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

CLÁUSULA X

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1.2. Independente de publicações e/ou avisos, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecer o titular da Debênture em Circulação.

10.1.3. As deliberações serão tomadas pela decisão do titular da Debênture, admitida a constituição de mandatário. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições da Debênture e da Emissão deverão ser aprovadas pelo Debenturista.